



**DECRETO N.º 4.778, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Dispõe sobre as alterações no parágrafo único do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 4.462, de 27 de agosto de 2024.

**GILBERTO DONIZETI DE SOUZA**, Prefeito Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** o interesse público na adoção de medidas excepcionais para atendimento de situações emergenciais que demandem resposta imediata, inclusive quanto a ações de zeladoria, salubridade e segurança;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar, de forma objetiva, o uso excepcional do serviço público de "hora máquina" em hipóteses emergenciais, com controle administrativo, autorização competente e recolhimento do respectivo preço público;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - O parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 4.462, de 27 de agosto de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Parágrafo único. Fica excetuado da suspensão, que trata o "caput" deste artigo, o agendamento e concessão de horas de máquina em relação aos tratores New Holland - Renagro nº TR7302FMIY, Budny - Renagro nº TR3221PWVI, Yanmar Solis - Renagro nº TR7473XITL com os respectivos implementos, bem como o Caminhão IVECO, Placa nº FLT8A31, que estão alocados na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como, em caráter excepcional, o agendamento e a concessão de horas de máquina para atendimento de situações de emergência excepcional e urgente devidamente motivadas e outras emergências que se mostrem necessárias, desde que,*



*cumulativamente:*

*I - haja disponibilidade do serviço;*

*II - haja autorização expressa da Secretaria de Serviços Públicos e Zeladoria; e*

*III - seja efetuado o recolhimento prévio do respectivo preço público junto à Secretaria de Fazenda, conforme normas municipais vigentes."*

**Art. 2º** - Para os fins do disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 4.462, de 27 de agosto de 2024, considera-se situação emergencial aquela imprevisível ou de urgência imediata cuja não intervenção possa ocasionar risco relevante à saúde pública, à segurança, à salubridade, ao meio ambiente, ou prejuízo significativo à coletividade.

**Parágrafo único.** Enquadram-se, exemplificativamente, como situações emergenciais:

**I** - desobstrução urgente de vias, acessos, valas, bueiros, passagens ou similares, afetados por eventos naturais ou ocorrências supervenientes;

**II** - remoção emergencial de barreiras, entulhos, resíduos, terra, lama ou materiais que comprometam a segurança, a circulação ou a salubridade;

**III** - outras hipóteses devidamente justificadas pela Secretaria de Serviços Públicos e Zeladoria, mediante motivação técnica e demonstração do interesse público.

**Art. 3º** - O requerimento para utilização do serviço de "hora máquina" nas hipóteses emergenciais previstas neste Decreto deverá ser formalizado pelo interessado, contendo, no mínimo:

**I** - identificação do solicitante (nome, documento, endereço e contato);





**II** - indicação do local e descrição objetiva da ocorrência;

**III** - justificativa da urgência e, quando possível, registros fotográficos ou outros elementos comprobatórios;

**IV** - estimativa da demanda (tipo de equipamento necessário, finalidade e quantidade estimada de horas);

**V** - ciência de que a autorização dependerá de disponibilidade operacional e de prioridade do interesse público;

**VI** - declaração de responsabilidade do solicitante quanto às informações prestadas e quanto a condições do local, sem prejuízo de apuração de eventual dano ao patrimônio público.

**§ 1º** - Caberá à Secretaria de Serviços Públicos e Zeladoria analisar o pedido quanto à caracterização da emergência, viabilidade técnica e disponibilidade, podendo deferir ou indeferir de forma motivada.

**§ 2º** - O deferimento será formalizado por ato administrativo próprio (ordem de serviço, termo de autorização ou instrumento equivalente), contendo, no mínimo, local, data, equipamento, servidor responsável, estimativa de horas e demais condições de execução.

**§ 3º** - A execução será registrada em relatório, com a indicação das horas efetivamente utilizadas, para fins de controle e eventual acerto do preço público, na forma do art. 4º deste Decreto.

**Art. 4º** - Compete à Secretaria de Fazenda emitir a guia e promover o recolhimento e controle do preço público relativo ao serviço de "hora máquina", observada a legislação municipal vigente e a tabela de valores aplicável



**§ 1º** - O recolhimento do preço público será obrigatoriamente prévio à execução do serviço, como condição para a autorização e início do atendimento.

**§ 2º** - Na hipótese de divergência entre horas estimadas e horas efetivamente executadas, o acerto dar-se-á por complementação do pagamento antes da liberação de novo atendimento ao solicitante, ou por restituição/compensação, conforme normas da Secretaria de Fazenda.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

São Bento do Sapucaí, 06 de Fevereiro de 2026.

  
**GILBERTO DONIZETI DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado por afixação na Sede da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, conforme Art. 68, § 1º da Lei Orgânica do Município.

  
**Jaelci Evandro de Camargo**

**Assessor Jurídico**